

*** Jornal O GLOBO

15/07/96

0392

OPINIÃO-7

Onde estão os US\$ 200 bilhões?

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Anualmente, o Estado brasileiro sorve dos bolsos dos contribuintes 200 bilhões de dólares. Com exceção do México e da Argentina, o PIB dos demais países da América Latina é inferior ao que retira, a Federação nacional, de seus cidadãos. Para um PIB de aproximadamente US\$ 650 bilhões, fica o Estado com US\$ 200 bilhões para sustentar os 120 mil legisladores das cinco mil entidades federativas, os cinco mil poderes executivos e sua estrutura de poder e o Judiciário dos 27 estados; este último, o poder que menos gasta na Federação.

Tal percentual de 31% é quase igual ao que os Estados Unidos arrecadam de seu povo, 33% anuais, com a brutal diferença de que lá o Estado presta serviços públicos.

O Estado brasileiro é ineficiente, não presta serviços, favorece o corporativismo dos que detêm o Governo, dividindo os brasileiros em duas classes, ou seja, os que, estando no poder, se servem do povo, embora sejam chamados, ironicamente, de servidores públicos e que na inatividade ganham mais do que os ativos, e os 90% de trabalhadores do setor privado que na aposentadoria receberão no máximo 840 reais — pretende-se aumentar os proventos na reforma, para 1.000!!! — devendo continuar trabalhando até a morte.

Com US\$ 200 bilhões retirados da sociedade, se o Estado fosse mais enxuto, teríamos serviços públicos de Primeiro Mundo.

O custo político da Federação, todavia, não permite que o Estado preste serviços, cabendo ao cidadão sustentar a máquina do poder, que lhe é hostil e que não lhe devolve em estabilidade social, educacional e sanitária o que dele retira em cifras tão fantásticas.

E o pior é que as reformas da previdência e tributária objetivam apenas elevar a carga fiscal que pesa sobre o brasileiro, devendo passar de 31% para 35% do PIB, ou seja, de 200 para 225 bilhões de dólares, sem que se reduza o tamanho do Estado, até porque os privilégios das aposentadorias oficiais foram mantidos intocáveis pelos senhores constituintes derivados, na Casa das leis do povo (Câmara dos Deputados).

Univ

Não se houve falar no Governo do presidente viajante — e, curvo-me perante a excelente imagem do Brasil que leva para fora, sendo, a meu ver, melhor ministro das Relações Exteriores que presidente — de redução de despesas, de auditorias capazes de diagnosticar, por exemplo, os cortes possíveis de servidores não estáveis, nem concursados, que povoam a administração federal. As privatizações não marcham.

A desobediência à lei não é punida. Quanto mais os "sem-terra" ameaçam desobedecer à lei, mais se curva o Governo federal, numa perda de autoridade inadmissível, visto que a política da reforma agrária deve passar necessariamente pelo respeito à ordem por parte dos que reivindicam terra, e do Governo ao qual não cabe ceder acuado, mas, com autoridade, promover a reforma que todos desejam.

Como cidadão e contribuinte não me agrada o que os meus "representantes" no Executivo e no Legislativo andam fazendo — e votel em Fernando Henrique — pois, sobre deformarem as reformas previdenciária e tributária, não exigem do Governo federal o enxugamento da máquina naquilo que é possível. Ressalve-se a observação procedente do deputado Moreira Franco, de que antes de se atingir a estabilidade — que deve ser, em certas situações, afastada, mas não em todas — é imprescindível que o Governo esclareça por que não faz a limpeza da máquina, no que diz respeito aos servidores não concursados que não sejam úteis — pois alguns não concursados, evidentemente, podem ter ingressado de maneira legítima, como, por exemplo, para o preenchimento de cargos de confiança, e estar cumprindo com eficiência suas funções.

Tenho para mim que uma boa reforma tributária não precisa reduzir a carga, mas simplificá-la.

Outrossim, uma boa reforma previdenciária deve retirar os privilégios dos detentores do poder, fazendo todos os brasileiros iguais em seus direitos ao trabalho e à aposentadoria.

E uma reforma administrativa passa necessariamente por uma redução da máquina, que já poderia ter sido feita naquilo que não depende da Constituição. Infelizmente, tal *wishfull thinking* não está hospedado nos projetos que circulam pelo Congresso.

Por isso, pergunto: para onde vão os US\$ 200 bilhões que o Estado brasileiro arrecada anualmente da sociedade?

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS é advogado.